



1) A propósito da Jurisdição, considere as seguintes proposições:

- I. Enquanto manifestação da soberania do Estado, a jurisdição não é passível de delegação a terceiros, sendo exercida exclusivamente por magistrados investidos em conformidade com as regras da Constituição Federal;
- II. Por força do princípio da aderência, a jurisdição está limitada ao espaço geográfico sobre o qual se projeta a soberania do Estado;
- III. A ideia matriz do princípio do juiz natural legitima a instituição de juízos e tribunais especiais, destinados à solução de conflitos prévios e determinados, gravados de especial interesse social;
- IV. Embora não se instaure de ofício a jurisdição, os órgãos jurisdicionais do Estado devem oferecer respostas a todos os conflitos que lhes sejam submetidos, ainda que omissa ou obscura a legislação em vigor.

De acordo com as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- a) O item I é certo e o item II é errado;
 - b) O item II é certo e o item III é errado;
 - c) O item III é certo e o item IV é errado;
 - d) O item IV é certo e o item I é errado;
- 2) No que concerne à substituição das partes e dos procuradores, é correto afirmar que
- a) A alienação de coisa litigiosa, a título particular, por ato *inter vivos*, altera a legitimidade das partes.
 - b) O cessionário pode ingressar em juízo, substituindo o cedente, independentemente do consentimento da parte contrária.
 - c) O adquirente não poderá intervir no processo na condição de assistente do alienante.
 - d) A sentença, proferida entre as partes originárias, estende seus efeitos ao adquirente.
- 3) A respeito da ação e dos sujeitos do processo, assinale a opção correta.
- a) Ocorre a sucessão processual quando um terceiro assume o lugar do litigante, ocupando a mesma posição e passando a integrar a relação processual na condição de sucessora da parte originária. Nesse caso, o sucessor atua em nome próprio por um direito que lhe é próprio.
 - b) Ocorre a substituição processual quando a titularidade da relação processual é atribuída a pessoa distinta da que figura na relação jurídica de direito material, como, por exemplo, ocorre

- c) Tem legitimidade ativa para agir o titular da pretensão formulada em face de quem é o sujeito passivo dessa mesma pretensão. Essa legitimidade, seja ativa ou passiva, corresponde à capacidade processual de ser parte.
 - d) Ocorre cumulação de ações quando se verifica a coexistência de várias ações à disposição e a escolha do autor para fazer valer a sua pretensão contra um ou vários réus, mediante o ajuizamento de duas ou mais ações, por via do mesmo processo.
- 4) No que se refere aos princípios que regem o processo civil e aos relativos à jurisdição civil, assinale a opção correta.
- a) Por representar garantia constitucional que visa à proteção do interesse público representado pelo patrimônio das pessoas de direito público, o duplo grau de jurisdição é exigido em todo e qualquer processo em que tais pessoas sejam partes ou intervenientes.
 - b) O princípio da publicidade não impede que existam processos em segredo de justiça, no interesse das próprias partes. Esse sigilo é restrito a estranhos, enquanto não prejudicar o interesse público à informação, assim, por autorização do juiz, os atos processuais podem ser investigados e conhecidos por outros, além das partes e seus advogados.
 - c) Pelo princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, nenhum juiz será afastado de suas funções sem que lhe sejam garantidos, em processo adequado, os direitos inerentes ao contraditório e à ampla defesa.
 - d) Pelo princípio do contraditório, o autor pode deduzir a ação em juízo, alegar e provar os fatos constitutivos de seu direito, e ao réu é assegurado o direito de contestar todos os fatos alegados pelo autor, como também o de fazer a prova contrária, salvo em caso de revelia.
- 5) Sobre a flexibilização procedimental, assinale a alternativa incorreta:
- a) São conhecidas 04 (quatro) modelos de flexibilização do procedimento: legal genérica, legal alternativa, judicial e voluntária
 - b) Tendo-se em vista que o direito processual civil brasileiro adota a regra da liberalidade das formas, o CPC/73 admite, expressamente, a flexibilização judicial do procedimento.
 - c) A flexibilização judicial do procedimento, que é medida excepcional, só pode ser empregada mediante fundamentação idônea, contraditório

